



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**JUSTIFICATIVA**

Justificamos nossa solicitação para realização de processo, visando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL E FONOAUDIOLOGIA PELO MÉTODO ABA, PARA ATENDIMENTO AOS AUTOS NÚMERO 0000536-34.2023.8.16.0050, RECEBIDO PELO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, seguindo a exposição dos seguintes aspectos que tornam necessária a solicitação em questão:

- i. Considerando os autos de número 0000536-34.2023.8.16.0050 apresenta sentença favorável à parte contrária, onde ocorre a determinação do fornecimento de terapias de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia pelo método ABA de acordo com o pedido médico integrante dos autos;
- ii. A genitora do menor Miguel Lorenzo Maciel da Cruz, alega não possuir condições financeiras para arcar com os custos do tratamento;
- iii. Considerando que o menor é portador de Síndrome Down (CID 10Q90) e Transtorno do Espectro Autista (TES-CID 10 F 84.0), existiria a necessidade de atendimento multiprofissional, onde com os tratamentos, os profissionais realizarão terapias que possibilitem ajuda no seu desenvolvimento da comunicação social e comportamental;
- iv. Considerando a indicação de terapias a serem realizadas pelo método ABA (Análise do Comportamento Aplicada), tendo como intuito de estudar os aspectos comportamentais do menor;
- v. Pela Secretaria Municipal de Saúde não existem profissionais para este tipo de atendimento, até mesmo por ser uma modalidade recente onde os municípios brasileiros ainda se adaptam a isto, sendo de certa forma penalizados pelo judiciário na obrigatoriedade de atendimento, visto ser uma política pública de saúde federal e estadual, pois o município responde pela atenção básica, sendo assim, não possuímos servidores contratados com a finalidade de atender pelo método ABA;
- vi. Considerando a dispensa de licitação nº25/2023, tendo como objetivo a contratação de profissionais para atendimento aos autos número 0000536-34.2023.8.16.0050, porém não dispõe de saldo suficiente para longos períodos;

Pelo exposto, entendemos estar justificada a solicitação, considerando, portanto, a necessidade em realizar o processo, em virtude em fornecer os serviços de acordo com a decisão já estipulada pela autoridade competente, com o intuito em proporcionar o desenvolvimento da saúde do menor em questão.

Bandeirantes, 17 de julho de 2023.

  
**Cristiane Caçador Araújo**  
Secretária Municipal de Saúde



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**

Setor Requisitante (Secretaria): Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes

Responsável pela Demanda: Departamento Administrativo da Secretaria de Saúde, em atendimento a demanda judicial.

#### **Objeto:**

- ☐ Serviço não continuado;
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☒ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☐ Material de consumo;
- ☐ Material permanente / equipamento.

#### **Forma de Contratação sugerida:**

- ☒ Modalidades da Lei n.º 14.133/21: CHAMADA PÚBLICA-CREDENCIAMENTO
- ☐ Pregão ();
- ☒ Dispensa/Inexigibilidade;
- ☐ Adesão à IRP de outro Órgão.

#### **1. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso:**

Justificamos nossa solicitação para realização de processo, visando CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL E FONOAUDIOLOGIA PELO MÉTODO ABA, PARA ATENDIMENTO AOS AUTOS NÚMERO 0000536-34.2023.8.16.0050, RECEBIDO PELO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, seguindo a exposição dos seguintes aspectos que tornam necessária a solicitação em questão:

- i. Considerando os autos de número 0000536-34.2023.8.16.0050 apresenta sentença favorável à parte contrária, onde ocorre a determinação do fornecimento de terapias de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia pelo método ABA de acordo com o pedido médico integrante dos autos;
- ii. A genitora do menor Miguel Lorenzo Maciel da Cruz, alega não possuir condições financeiras para arcar com os custos do tratamento;
- iii. Considerando que o menor é portador de Síndrome Down (CID 10Q90) e Transtorno do Espectro Autista (TES-CID 10 F 84.0), existiria a necessidade de atendimento multiprofissional, onde com os tratamentos, os profissionais realizarão terapias que possibilitem ajuda no seu desenvolvimento da comunicação social e comportamental;
- iv. Considerando a indicação de terapias a serem realizadas pelo método ABA (Análise do Comportamento Aplicada), tendo como intuito de estudar os aspectos comportamentais do menor;
- v. Pela Secretaria Municipal de Saúde não existem profissionais para este tipo de atendimento, até mesmo por ser uma modalidade recente onde os municípios brasileiros ainda se adaptam a isto, sendo de certa forma penalizados pelo judiciário na obrigatoriedade de atendimento, visto ser uma política pública de saúde federal e estadual, pois o município



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**ESTADO DO PARANÁ**

responde pela atenção básica, sendo assim, não possuímos servidores contratados com a finalidade de atender pelo método ABA;

vi. Considerando a dispensa de licitação nº25/2023, tendo como objetivo a contratação de profissionais para atendimento aos autos número 0000536-34.2023.8.16.0050, porém não dispõe de saldo suficiente para logos períodos;

Pelo exposto, entendemos estar justificada a solicitação, considerando, portanto, a necessidade em realizar o processo, em virtude em fornecer os serviços de acordo com a decisão já estipulada pela autoridade competente, com o intuito em proporcionar o desenvolvimento da saúde do menor em questão.

## **2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada:**

As quantidades estipuladas, foram de acordo com o quantitativo descrito em receituário médico em anexo e aos autos número 0000536-34.2023.8.16.0050, correspondente a 1 (um) paciente a ser atendido.

## **3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual:**

A previsão seria para o mês de julho ou agosto de 2023, em virtude da urgência, desde que sejam cumpridos todos os prazos estipulados em Lei, para a realização de processo licitatório.

## **4. Créditos Orçamentários:**

4.1. Valor estimado da contratação: R\$83.520,00 (oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais).

4.1.1. Valor estimado custeio:0

4.1.2. Valor estimado investimento:0

4.2. Ação do Plano Operacional (Plano Interno):

Ao se receber a demanda para cumprimento da decisão judicial, buscamos a princípio atender de forma urgente a necessidade do paciente, onde foi realizado o processo de dispensa de licitação nº25/2023, porém devido ao quantitativo necessário e também ao valor atual de um processo dispensável de licitação se dar em R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), estaremos fornecendo apenas por curto período, sendo assim, avaliamos a atual situação e tramitamos através do entendimento em se realizar uma chamada pública, para fornecimento dos serviços por maior período, enquanto o paciente necessitar ou enquanto a decisão judicial estiver ativa.

4.3. Plano Orçamentário:

391 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA  
00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

324 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE  
SAÚDE 00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

364 - 11.003.10.302.1021.6077.3.3.90.39.00 BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

## **5. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento:**






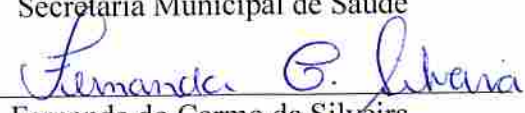
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- a) Fiscal Técnico, titular e substituto: Fernanda do Carmo da Silveira
- b) Assessoria de Planejamento, titular e substituto: Eliane da Luz Furtado
- c) Gestor do Contrato, titular e substituto: Cristiane Caçador Araújo

Submeto o Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Bandeirantes, 21\_ de junho de 2023.

  
Cristiane Caçador Araújo  
Secretária Municipal de Saúde

  
Fernanda do Carmo da Silveira  
Diretora do Departamento Adm. da Sec. de Saúde



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**I - Informações Gerais:** A contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia pelo Método ABA, vem atender o Autos nº0000536-34.2023.8.16.0050 recebido pelo município de Bandeirantes.

1. Processo Administrativo: nº \_\_\_\_\_

2. Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes

- 3. Equipe de Planejamento da Contratação:
- Fiscal Técnico: Fernanda do Carmo da Silveira
- Gestor do Contrato: Cristiane Caçador Araújo

### **II - Diagnóstico da Situação Atual:**

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):

- A contratação em questão, se apresenta para esta secretaria como um processo novo, em outros momentos, não foram realizados processos licitatórios para suprir a demanda apresentada.
- Somente a partir do recebimento dos autos apresentado nas informações gerais, foi que a princípio realizamos um processo de dispensa de licitação para o cumprimento de forma mais rápida da decisão, porém o valor permitido para a realização do processo é insuficiente para longo prazo, havendo, portanto, a necessidade em realizar um processo mais amplo, compatível para no mínimo 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, por se tratar de serviços.
- Para a abertura do processo, usaremos como base o valor orçado para o processo de dispensa de licitação citado anteriormente, onde buscamos por mantê-lo conforme decreto municipal nº3.556/2023, para que não haja licitação frustradas e consigamos atender as necessidades conforme demandas apresentadas, por se tratar de serviços complexos, onde exige um atendimento exclusivo e dinâmico ao paciente.

O quantitativo estipulado, foi de forma a atender o processo já recebido de acordo com o total semanal prescrito por profissional médico.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):

A contratação em questão, não se encontra descrita no Planejamento Anual de Contratações, publicado no diário oficial eletrônico do município no dia 22 de dezembro de 2022, por se tratar de uma decisão judicial, onde não foram recebidos outros processos nos anos anteriores, com a similaridade do que se apresenta.

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):

- A princípio, pensamos em realizar o credenciamento dos interessados em firmar contrato com o município e assim atender a demanda;
- As empresas interessadas deverão possuir todos os documentos necessários para a habilitação;
- Os profissionais deverão possuir comprovação (diploma) nas áreas pretendidas, juntamente apresentar a certificação para aplicação do método ABA;
- As empresas interessadas deverão ser instaladas no máximo 40 km do município de Bandeirantes, para que o paciente não tenha que se deslocar por longos períodos, dificultando a rotina já existente.;
- A empresa deverá realizar o atendimento em seu próprio estabelecimento, fornecendo todos e quais materiais necessários para o desenvolvimento do paciente;
- A contratação deverá ser realizada de modo a atingir um longo período, em virtude de não termos prazo estipulado para o cumprimento da decisão.

### **III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):**

1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):

- Em análise prévia realizada, momento esse de recebimento de orçamento para a realização do processo de dispensa de licitação, notamos uma certa dificuldade de encontrar empresas relacionadas ao objeto demandado, levando também em consideração, a necessidade em optar por locais mais próximos ao município de Bandeirantes.



# *PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES*

## *ESTADO DO PARANÁ*

2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):

O valor estimado da contratação se dá em R\$83.520,00 (oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais).

3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):

Ao se pensar na contratação em questão, pelo método apresentado, fica difícil mensurar os riscos eminentes, por ser tratar de um objeto novo dentro do sistema único de saúde, porém, sabemos também que a solução a princípio seria a contratação de empresas instaladas no próprio município, para que tenhamos a opção de proporcionar maior facilidade aos familiares, no entanto, ao analisar o mercado atual, nos deparamos com a falta dos serviços, onde caso venha a ser necessárias todas as horas previamente estipuladas, não saberemos afirmar se as empresas irão conseguir atender os serviços em consonância com a realidade familiar, onde ao se tratar de crianças, imagina-se que a mesma já se encontra alocada em um contexto escolar, e irá ser necessário a organização da rotina familiar e também dos profissionais contratados. Considerando como fundamento também a disponibilização de profissionais capacitados para que assim, tenhamos o desenvolvimento do estado clínico do paciente encaminhado.

### **IV - Detalhamento da Solução Escolhida:**

1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº 3.537/2023):

- A princípio, a forma de atender à necessidade, seria contratar os serviços, onde os mesmos deverão ser realizados nos estabelecimentos indicados pelo contratado, pensando em fornecer um local adequado e material necessário para a evolução do paciente.

- Atualmente possuímos profissionais com formação em psicologia, fonoaudiologia, e fisioterapia, porém foram contratados para atender pelo método convencional, onde muitos deles não possuem cursos que possam aplicar o método e temos também a questão financeira, considerando que o valor e tempo para aplicação do ABA, é superior a atendimentos rotineiros.

2. O objeto da contratação deverá ser realizado de forma parcial, onde deverá ser realizado semanalmente, considerando a necessidade elencada na prescrição médica do paciente.

3. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15, §1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):

- Por se tratar de prestação de serviços contínuos, os objetos desta contratação, deverão ser gerenciados de forma parcelada, pois de acordo com a necessidade referente aos autos



# *PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES*

## *ESTADO DO PARANÁ*

nº0000536-34.2023.8.16.0050, as terapias foram prescritas para serem realizadas parcialmente, para que haja uma evolução do quadro clínico do paciente, onde será distribuído a princípio da seguinte forma:

- 2 horas de terapia ABA- fisioterapia (semanal)
- 2 horas de terapia ABA- fonoaudiologia (semanal)
- 2 horas de terapia ABA- terapia ocupacional (semanal)
- 6 horas de terapia ABA- psicologia (semanal)

4. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):

- Possuímos atualmente um processo de dispensa de licitação com o mesmo objetivo, porém com prazo de vencimento próximo, onde acreditamos que não irá interferir nessa demanda em questão.
- Nos históricos encontrados no portal da transparência do município, encontramos processos destinados a entidade Azul Azul, localizada nessa municipalidade, com o objetivo em realizar repasses financeiros, para serem utilizados como auxílio no pagamento de profissionais e demais demandas relacionadas ao atendimento aos portadores de autismo que buscam por tratamento, porém, não se trata de quantitativos específicos para determinados pacientes.
- Em análise aos demais processos realizados pelo município, não foram encontrados nos últimos anos, processos similares, o que não caracteriza uma interferência no planejamento das contratações públicas.

5. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):

Pretendemos com a contratação dos serviços, atender ao processo judicial recebido pelo município e também estaremos contribuindo para o atendimento de forma rápida e eficaz, com o intuito em desenvolver o quadro clínico do paciente, para que o mesmo consiga realizar atividades rotineiras.

6. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):

- Por se tratar de um serviço novo a ser disponibilizado pelo sistema único de saúde, exclusivo para portador de autismo e encaminhado através de decisão judicial, acreditamos que





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**ESTADO DO PARANÁ**

deverá ser realizada a divulgação do objeto de contratação, para que não tenhamos um processo “frustrado” e as empresas interessadas, deverão estar cientes do quantitativo de horas a serem realizadas semanalmente, para que não tenhamos transtornos, onde deverá ser levado em consideração os horários disponíveis pela família, para que consigamos assegurar a necessidade do paciente.

7. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):


- Por se tratar de prestação serviços, onde a empresa se encarregará em realizar os atendimentos em local indicado por ela, a mesma com base nos critérios de sustentabilidade, deverão realizar ações que possam minimizar os agravos do meio ambiente, não somente direcionado aos atendimentos encaminhados por essa secretaria, mais também para a toda população que busca por atendimentos.

**V - Posicionamento Conclusivo (artigo 15, §1º, XIII do Decreto nº 3.537/2023):**

- Portanto, concluímos que o processo em questão, irá atender à necessidade do município em suprir a demanda judicial eminente, considerando um curto período de tempo, onde acreditamos que futuramente, juntamente com a população, possamos tentar buscar por meios, que possam abranger um número maior de pacientes, pois atualmente possuímos em torno de 60 portadores de autismo, porém para que possamos fornecer um número adequado de terapias, devemos ter mão de obra suficiente, pessoas capacitadas e material necessário para que tenhamos desenvolvimento no estado clínico do paciente.

Bandeirantes, 21 de junho de 2023.

  
Cristiane Caçador Araújo

  
Fernanda do Carmo da Silveira



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. \_\_\_\_/2023.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia pelo Método ABA, para Atendimento aos autos número 0000536-34.2023.8.16.0050, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL
1	PSICÓLOGO-TERAPIA MÉTODO ABA	12572	HORAS	24	R\$150,00	R\$3.600,00	R\$43.200,00
2	FISIOTERAPEUTA-TERAPIA MÉTODO ABA	5568	HORAS	8	R\$120,00	R\$960,00	R\$11.520,00
3	TERAPIA OCUPACIONAL-TERAPIA MÉTODO ABA	19968	HORAS	8	R\$150,00	R\$1.200,00	R\$14.400,00
4	FONOAUDIÓLOGO - TERAPIA MÉTODO ABA	5967	HORAS	8	R\$150,00	R\$1.200,00	R\$14.400,00
VALOR TOTAL ANUAL R\$83.520,00							

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, porém não são rotineiros de contratações públicas, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados a partir da assinatura e publicação dos contratos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 405 e 406 da Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

1.5.1. O fornecimento dos serviços é enquadrado como continuado, tendo em vista que se trata de contratação de serviços, onde não temos estipulado o prazo de término da decisão judicial iminente, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não se encontra previsto no Plano de Contratações Anual publicado em 22 de dezembro de 2022, em virtude de se tratar de decisão judicial, onde a princípio, quando foi elaborado o PCA, não constava a demanda.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Possuir fornecedores sustentáveis e que respeitam as leis ambientais;

4.1.2. Utilização de materiais de origem comprovada;

4.1.3. Deverá reciclar e reutilizar materiais recicláveis ou descartar de forma correta quando não aproveitados;

### **Garantia da contratação**

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos serviços será parcelado, dividido em horas semanais, podendo ocorrer alteração com prévia comunicação e recebimento de outras demandas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**ESTADO DO PARANÁ**

13  
2

5.2. As parcelas iminentes serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Terapia ABA - Fisioterapia	2 (duas) horas semanais
2ª	Terapia ABA - Terapia Ocupacional	2 (duas) horas semanais
3ª	Terapia ABA - Psicologia	6 (seis) horas semanais
[4ª]	Terapia ABA - Fonoaudiologia	2 (duas) horas semanais

5.3. Caso não seja possível a prestação dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os serviços deverão ser prestados no endereço indicado pela empresa contratada, onde deverão ser utilizados os materiais e equipamentos necessários para a realização das terapias, sem ônus ao município de Bandeirantes.

5.5. A empresa contratada, deverá apresentar mensalmente, para o servidor indicado por esta secretaria, o relatório detalhado dos atendimentos prestados ao paciente encaminhado pela secretaria de saúde.

5.6. A empresa contratada deverá estar alocada até uma distância máxima de 40 km do município de Bandeirantes, em virtude do deslocamento do paciente para atendimento, para que o mesmo não esteja exposto a longos períodos no transporte, podendo ocorrer riscos, visto que o número de horas de terapias são consideráveis e desta forma também, não tenha prejuízo nas demais tarefas já realizadas.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).



# *PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES*

## *ESTADO DO PARANÁ*

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento do Serviço**

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## ESTADO DO PARANÁ

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor para fins de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CHAMADA PÚBLICA, com adoção do critério de julgamento pelas **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

16

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, como formação em psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional ou fonoaudiologia, com aplicação pelo método ABA (Análise de Comportamento Aplicada).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### **Qualificação Técnica**

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Aplicação do método ABA;

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$83.520,00 (oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais)), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**





# *PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES*

## *ESTADO DO PARANÁ*

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

391 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA 00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

324 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE 00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

364 - 11.003.10.302.1021.6077.3.3.90.39.00 BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE 00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, 17 de julho de 2023

\_\_\_\_\_  
Cristiane Caçador Araújo

Secretária Municipal de Saúde

Fernanda do Carmo da Silveira

Diretora do Departamento Adm. da Sec. de Saúde